

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO
E GESTÃO E A EMPRESA
.....

O Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com sede no(a) Esplanada dos Ministérios, Bloco "K", na cidade de Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.489.828/0003-17, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor WALMIR GOMES DE SOUSA, Subsecretário de Assuntos Administrativos, nomeado pela Portaria nº 1.625, de 03 de agosto de 2016, publicada no DOU de 04 de agosto de 2016, inscrito no CPF nº 334.034.061-72, portador da Carteira de Identidade nº 666.020, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 03120.200403/2015-73 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa nº 04/2014 SLTI/MP, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 20/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de empresa especializada em fornecimento de licenças anuais para acesso a bases de conhecimento de pesquisas em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), aconselhamento imparcial em TIC, serviços de análise especializados em TIC e serviços complementares de apoio a consulta, interpretação e aplicação das informações contidas nas referidas bases, contemplado pelos itens abaixo discriminados a serem executados de forma continuada pelo período de 12 (doze) meses, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto será dividido em 1 (um) lote e mais 3 (três) itens, conforme tabela a seguir:

Entrega	Atuação	Tipo da Licença	Detalhamento	Unidade
---------	---------	-----------------	--------------	---------

Lote 1	Estratégica	1	Tipo 1 - Licença de apoio e aconselhamento para um usuário executivo titular de TIC , incluindo acesso a um conselheiro executivo , acesso a analistas e a bases de conhecimentos sobre aspectos estratégicos de TIC e sobre o relacionamento entre TIC e o negócio, bem como às bases de conhecimento destinadas ao nível de atuação gerencial, conforme descrito neste TR.	Subscrição
		3	Tipo 3 - Licença de apoio e aconselhamento para um usuário executivo substituto/adjunto do executivo titular , incluindo acesso a um conselheiro executivo , a analistas e a bases de conhecimento sobre aspectos estratégicos de TIC e sobre o relacionamento entre TIC e negócio, bem como às bases de conhecimento destinadas ao nível de atuação gerencial.	
Item 1	Estratégica	2	Tipo 2 - Licença de apoio e aconselhamento para um usuário executivo ou líder de TIC , incluindo acesso a um conselheiro especialista analista e a bases de conhecimento sobre aspectos estratégicos de TIC e sobre o relacionamento entre TIC e negócio, bem como às bases de conhecimento destinadas ao nível de atuação gerencial, conforme descrito neste TR.	
Item 2	Gerencial	4	Tipo 4 - Licença de apoio e aconselhamento para um usuário gestor intermediário de TIC , incluindo acesso a analistas e a bases de conhecimento sobre histórico, situação atual e tendências de adoção e evolução de práticas de gestão, tecnologias, produtos e fornecedores na área de TIC, conforme descrito neste TR.	

Item 3	Arquitetura Tecnológica	5	Tipo 5- Licença de apoio e aconselhamento para usuários, incluindo acesso a analistas e a bases de conhecimento sobre características técnicas referentes à implementação de produtos e tecnologias nos diversos segmentos da área de tecnologia da informação e Comunicação (TIC), conforme descrito neste TR.	
--------	-------------------------	---	--	--

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., e não poderá ser prorrogado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total do lote/item da contratação é de R\$ (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

5.1. DESCRIÇÃO - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS

5.1.1. O serviço de acesso a bases de conhecimento de pesquisas em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de aconselhamento imparcial em TIC, de análises especializadas em TIC e de apoio complementar à consulta, interpretação e à aplicação das informações nas bases de conhecimento deverão ser fornecidos por meio de licenças de subscrição anuais nos moldes descritos na tabela do item 1 deste Termo de Contrato.

5.1.2. O fornecimento ou disponibilização de informações deverá ocorrer por intermédio das respectivas assinaturas das licenças anuais, que permitirá o acesso dos usuários licenciados à base de conhecimento e seus autores, com comunicação ininterrupta de 24 (vinte e quatro) horas por dia, exceto nos períodos de manutenção previamente informado pela CONTRATADA, e por meio de

autogestão (utilização dos serviços, navegação no sítio e acesso aos documentos e seus autores), mediante sítio Internet que permita a obtenção de informações *on-line*. Por meio dessas licenças a CONTRATADA deverá:

5.1.2.1. Colocar à disposição da CONTRATANTE informações atualizadas e fidedignas sobre Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC para subsidiar as decisões da área de TIC do(s) órgão(s), em relação ao desenvolvimento de aplicações, infraestrutura de *hardware* e *software*, gestão de TIC, aplicações corporativas, análises de mercado, diagnósticos de fornecedores, estratégias de TIC por segmento de atuação, estratégias para negociação de contratos de *hardware* e *software*, estratégias para negociação de contratos de serviços, modelos e práticas de governança, comparações de desempenho de áreas de TIC, comparações de desempenho de serviços de TIC, estratégias de alinhamento de TIC com negócios, políticas e diretrizes em TIC e estratégias de implementação de *software* livre e proprietário **nas organizações**.

5.1.2.2. Prover o aconselhamento imparcial de TIC pautado na equidade e isenção em relação aos produtos ou empresas analisadas, dando tratamento igual as mesmas, exercendo suas análises de forma objetiva, transparente e independente do interesse de terceiros não podendo assim a CONTRATADA possuir qualquer tipo de contrato comercial de revenda ou representação de produtos de *software* ou *hardware*, ou mesmo serviços de implantação dos produtos ou empresas analisadas.

5.1.2.3. Prestar esclarecimentos técnicos específicos e especializados acerca das bases de dados colocadas à disposição da CONTRATANTE.

5.1.2.4. Ser detentora dos direitos autorais sobre os serviços, programas e bases de conhecimentos fornecidos, e comprometer-se a não violar, direta ou indiretamente, os direitos de terceiros com observação da legislação pertinente, sobretudo a Lei nº 9.610, de 19/02/1998.

5.1.2.5. Disponibilizar as bases de conhecimentos em idioma português ou inglês na Rede Mundial de Computadores (Internet), em sítio próprio da CONTRATADA, e permitir acesso via navegador, sem exigência de qualquer produto adicional nas estações de trabalho dos usuários.

5.1.2.6. Permitir a recuperação de informações das bases de conhecimentos a partir de mecanismo de busca, utilizando-se de palavras compostas e operadores lógicos e permitindo a especificação de um período de tempo para a busca de informações.

5.1.2.7. Oferecer mecanismo de seleção de assuntos e envio de alertas de relatórios publicados nas áreas de interesse selecionadas nas bases de conhecimentos.

5.1.2.8. Não impor qualquer limite para tempo de consulta às bases, quantidade de acessos em período de tempo ou quantidade de conhecimento ou documentos transferidos, desde que ocorram por um usuário licenciado.

5.1.2.9. Disponibilizar os documentos das bases de conhecimentos da CONTRATADA para serem acessados e transferidos para o ambiente da CONTRATANTE (mecanismo de download). A CONTRATANTE terá o direito de referenciar os conteúdos da base de conhecimento e seus autores, em textos e apresentações técnicas.

5.1.2.10. Possuir avaliações de produtos de hardware, software e produtos de comunicações, incluindo benefícios e riscos de sua utilização nas suas bases de conhecimentos.

5.1.2.11. Possuir informações quanto à descontinuidade de produtos de hardware, software e produtos de comunicações as suas bases de conhecimentos.

5.1.2.12. Possuir informações sobre mudanças no mercado de TIC ocasionadas por acordos formais ou informais entre empresas fornecedoras nas suas bases de conhecimentos.

5.1.2.13. Possuir documentos nas suas bases de conhecimentos que ofereçam análise detalhada e em profundidade sobre arquiteturas, tecnologias e produtos de hardware e software, oferecendo ainda orientações e melhores práticas para atividades de seleção e implementação de tecnologias e produtos de hardware e software.

5.1.2.14. Ofertar pesquisas primárias (materiais, textos especificações e obras originais) e secundárias (interpretações, análises, inferências críticas e derivações de fontes originais) em Tecnologia da Informação e Comunicações à TIC, contendo minimamente os seguintes tipos pesquisas, avaliações e análises:

- a) Pesquisas sobre o mercado de TIC;
- b) Prognósticos a partir das pesquisas primárias e secundárias;
- c) Interpretação e análises das tendências indicadas nas pesquisas;
- d) Avaliação da maturidade das tecnologias disponíveis;
- e) Análises comparativas das empresas fornecedoras de bens e serviços nos diversos segmentos de mercado em TIC;
- f) Avaliação de critérios de seleção de tecnologias e produtos; e
- g) Análises e estudos de custos, orçamentos e níveis de serviço de TIC.

5.1.2.15. Ofertar, por meio de sua base de conhecimento, na área de desenvolvimento de aplicações documentos que atendam no mínimo aos seguintes temas:

- a) Arquitetura de aplicações;
- b) Metodologias de desenvolvimento de sistemas;
- c) Ferramentas;
- d) Linguagens;
- e) Aplicações web e móveis;
- f) Serviços web e cliente-servidor;
- g) Aspectos de segurança no desenvolvimento de aplicações;
- h) Métricas para desenvolvimento de aplicações;
- i) Desenvolvimento em software livre;
- j) Internet das Coisas (IoT);
- k) Inteligência Artificial; e
- l) Aprendizagem de Máquina (Machine Learning).

5.1.2.16. Ofertar, por meio de sua base de conhecimento, na área de infraestrutura de hardware e software documentos que atendam pelo menos aos seguintes temas:

- a) Tecnologias de bancos de dados;
- b) Servidores de aplicação;
- c) Operação e gestão de centros de dados;
- d) Tecnologias de armazenamento de dados;
- e) Plataformas de *hardware e software*;
- f) Computação em nuvem;
- g) Servidores (*hardware e software*);
- h) Estações de trabalho;
- i) Gerência de plataformas de TIC;
- j) Comunicação de dados;
- k) Mobilidade e dispositivos sem fio;
- l) Redes de computadores;
- m) Segurança em TIC; e
- n) Uso de software livre na área de infraestrutura.

5.1.2.17. Ofertar, por meio de sua base de conhecimento, na área de gestão de TIC documentos que atendam pelo menos aos seguintes temas:

- a) Gestão de projetos;
- b) Gestão de informações;
- c) Qualidade de *software*;
- d) Gestão de infraestrutura;
- e) Gestão de processos de negócio;
- f) Estratégias para implementação de *software* livre nas organizações;
- g) Segurança e gerenciamento de riscos;
- h) Arquitetura corporativa;
- i) Melhoria de processos de negócio; e
- j) TI bi-modal.

5.1.2.18. Ofertar, por meio de sua base de conhecimento, na área de aplicações corporativas documentos que atendam pelo menos aos seguintes temas:

- a) Correio eletrônico;
- b) Arquitetura orientada a serviços;
- c) Integração de aplicações;
- d) Arquiteturas de serviços e barramentos de serviços;
- e) Inteligência de negócio e Data Warehouse (DW);
- f) Portais corporativos;
- g) Ferramentas de gestão de processos de negócio;
- h) Gestão de conteúdo, informações e colaboração; e
- i) Gerência eletrônica de documentos (GED) e fluxo de trabalho (*workflow*).

5.1.2.19. Conter em sua base de conhecimento pelo menos 5 (cinco) documentos para cada um dos subitens dos itens 5.1.2.14 a 5.1.2.18, sendo pelo menos 3 (três) documentos com menos de 12 (doze) meses transcorridos desde sua elaboração até a data de sua disponibilização à CONTRATANTE.

5.1.2.20. A CONTRATADA deverá disponibilizar plataforma de seminários via WEB (webinars) com conteúdo relacionado aos temas abordados em suas pesquisas. Essa plataforma deverá permitir a participação dos usuários licenciados nos referidos seminários tanto em tempo real como manter biblioteca dos seminários já realizados para revisão dos usuários licenciados.

5.1.2.21. A CONTRATADA deverá oferecer uma plataforma aberta de discussão e avaliação de ferramentas e fornecedores do mercado de Tecnologia da Informação.

- iii. O serviço deverá oferecer facilidade de emissão de relatório mensal do acesso à base de conhecimento, mostrando o volume de uso mensal de cada usuário designado pela CONTRATANTE.
- iv. Adicionalmente, outras formas de envio de informações poderão ser utilizadas, tais como: mensagens de correio eletrônico e envio de mídias digitais (CD/DVD-ROM etc).

b. SERVIÇOS - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS

- i. Nesse item estarão descritos as especificações dos serviços a serem contratados por meio de subscrições de assinaturas anuais considerando-se as suas características.
- ii. O fornecimento ou disponibilização de informações deverá ocorrer por intermédio das respectivas assinaturas das subscrições, que permitirão o acesso dos usuários licenciados à base de conhecimento e seus autores nos respectivos níveis e tipos contratados.

1. Pelas características do objeto a ser contratado a sua execução se dará, conforme citado no item 6.1.3.1.1, em quatro “linhas de atuação”, todas elas vinculadas, em princípio, a projetos de TIC da CONTRATANTE:

a) Acesso à base de conhecimento – Utilização livre de sítio da Rede Mundial de Dados – Internet da CONTRATANTE, não necessitando de qualquer protocolo autorizativo. Todos esses acessos serão contabilizados mensalmente para efeito de controle;

b) Aconselhamento por analistas - Chamados para esclarecimento de dúvidas por meio de telefone, fax e correio eletrônico. Utilização ilimitada, devendo também ser contabilizado mensalmente para efeito de controle;

c) Reuniões mensais (atendimento presencial ou remoto) – Utilização limitada e dependente do “tipo” de licença, conforme estabelecido neste Termo de Contrato; e

d) Participação em eventos – Acesso a eventos da(s) CONTRATADA(S). Utilização limitada e dependente do “tipo” de licença, conforme estabelecido neste Termo de Contrato.

2. Os projetos de TIC, descritos no item 5.2.2.1, serão definidos obedecendo às necessidades de apoio a projetos e necessidades da CONTRATANTE e se desdobrarão em Planos de Trabalho e, conseqüentemente, em Agendas para os gestores e técnicos.

3. Licença de atuação estratégica do “Tipo 1”:

- a. A CONTRATADA deverá disponibilizar para cada assinatura “Tipo 1” um conselheiro/representante executivo, que será o principal ponto de contato técnico com a CONTRATANTE na prestação dos serviços.
- b. Esse representante executivo trabalhará com o usuário “Titular” para identificar e desenvolver os principais temas de interesse da CONTRATANTE.

- c. O Administrador da assinatura será o Usuário Titular.
- d. O serviço deverá oferecer a possibilidade de emissão de relatórios executivos, mensais, sobre os temas mais relevantes para a gestão de Tecnologia da Informação, além daqueles relacionados à agenda dos titulares das assinaturas.
- e. Os serviços da assinatura Atuação Estratégica do “**Tipo 1**” serão compostos por: acesso à base de conhecimento, aconselhamento por analistas, reuniões mensais, remotas ou presenciais e participação em eventos.
- f. A CONTRATADA deverá realizar no máximo uma reunião mensal remota ou presencial, a critério da CONTRATANTE, com o “Usuário Titular”.
- g. As visitas serão realizadas pelo representante executivo da CONTRATADA com o objetivo de, em conjunto com o usuário “Titular”, desenvolver e revisar o Plano de Trabalho.
- h. O Plano de Trabalho consistirá de um conjunto de ações ou temas de relevância, indicados pelo “Usuário Titular”, para serem tratados durante o período de vigência do contrato.
- i. Cada assinatura “**Tipo 1**” (Usuário Titular) deverá contemplar, no mínimo, um Plano de Trabalho.
- j. Além do Plano de Trabalho, caberá ao representante executivo da CONTRATADA a responsabilidade de auxiliar os usuários nas tomadas de decisão, provendo-os de:

- a) Análises de questões chaves;
- b) Estudos de casos mundiais;
- c) Melhores práticas das organizações líderes em TIC;
- d) Revisões de documentos críticos (termos de referência, especificações técnicas de contratações, cláusulas contratuais e outros); e

e) Análise de tendências (prognósticos do mercado de TIC).

- k. Cada reunião presencial terá duração de até quatro horas e será registrada em ata, segundo modelo a ser estabelecido entre as partes envolvidas.
- l. Uma equipe do representante executivo, sob sua gerência, terá a incumbência de realizar as diligências necessárias junto aos demais membros da empresa para que as decisões e pendências sejam tratadas nos prazos acordados.
- m. A definição da quantidade de especialistas a serem mobilizados para atender as necessidades registradas são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4. Licença de atuação estratégica do “Tipo 2”:

- a. A CONTRATADA deverá disponibilizar para cada assinatura “Tipo 2” um conselheiro/representante especialista, que será o principal ponto de contato técnico com a CONTRATANTE na prestação dos serviços.
- b. A CONTRATADA deverá disponibilizar um conselheiro especializado para os seguintes temas: Infraestrutura , Operações, Arquitetura Empresarial & Inovação Tecnológica, IT Sourcing & Gestão de Fornecedores, Gerenciamento de Programas e Portfólios, Segurança, Gerenciamento de Riscos e Data & Analytics.
- c. Os serviços da assinatura Atuação Estratégica do “Tipo 2” serão compostos por: acesso à base de conhecimento, aconselhamento por analistas, reuniões mensais remotas e uma reunião presencial anual e participação em eventos.
- d. A CONTRATADA deverá realizar no máximo uma reunião mensal remota, a

critério da CONTRATANTE, com o “Usuário Titular”.

- e. As reuniões serão realizadas pelo conselheiro especialista da CONTRATADA com o objetivo de, em conjunto com o usuário “Titular”, desenvolver e revisar o Plano de Trabalho.
- f. O Plano de Trabalho consistirá de um conjunto de ações ou temas de relevância, indicados pelo “Usuário Titular”, para serem tratados durante o período de vigência do contrato.
- g. Cada assinatura “**Tipo 2**” (Usuário Titular) deverá contemplar um Plano de Trabalho.
- h. Além do Plano de Trabalho, caberá ao representante executivo da CONTRATADA a responsabilidade de auxiliar os usuários nas tomadas de decisões, provendo-os de:
 - a) Análises de questões chaves;
 - b) Estudos de casos mundiais;
 - c) Melhores práticas das organizações líderes em TIC;
 - d) Revisões de documentos críticos (termos de referência, especificações técnicas de contratações, cláusulas contratuais e outros);
 - e) Análise de tendências (prognósticos do mercado de TIC).
- i. Cada reunião terá duração de até uma hora e será registrada em ata, segundo modelo a ser estabelecido entre as partes envolvidas.
- j. Uma equipe do conselheiro especialista, sob sua gerência, terá a incumbência de realizar as diligências necessárias junto aos demais membros da empresa para que as decisões e pendências sejam tratadas nos prazos acordados.
- k. A definição da quantidade de especialistas a serem mobilizados para atender às necessidades registradas é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5. Características comuns para as licenças de atuação estratégica do “Tipo 1”, “Tipo 2” e “Tipo 3”:

- a. Todos os usuários das assinaturas poderão, a qualquer momento, ser substituídos ao longo do período de execução do contrato, por intermédio do Administrador.
- b. Além das reuniões mensais remotas a CONTRATADA deverá disponibilizar a possibilidade de 03 (três) *workshops* locais sendo 02(dois) da licença do “**Tipo 1**” e 01 (um) da licença do “**Tipo 2**” com o tema e data a serem escolhidos pela CONTRATANTE.
- c. As informações disponíveis aos usuários da assinatura Atuação Estratégica devem incluir o conteúdo da base de conhecimento e documentos específicos para o nível estratégico selecionado “**Tipo 1**” ou “**Tipo 2**” mais o conteúdo da base de conhecimento e documentos do nível Atuação Gerencial no caso do “**Tipo 4**”.
- d. O conteúdo da base de conhecimento e documentos específicos para o nível estratégico deve incluir pelo menos as seguintes áreas:
 - a) Análises estratégicas de mercado;
 - b) Diagnósticos de fornecedores;
 - c) Estratégias de TIC por segmento de atuação;
 - d) Planejamento estratégico de TIC; e
 - e) Estratégias de alinhamento de TIC com negócios.

e. Aconselhamento por analistas

- i. Entende-se por analistas os profissionais da CONTRATADA que geram a(s) base(s) de conhecimento(s), sendo os autores dos documentos nela armazenados.

- ii. Os serviços de aconselhamento para a Atuação Estratégica deverão contemplar a possibilidade de realizar reuniões e contatar, por meio de telefone, fax e correio eletrônico (e-mail) os analistas, com o intuito de solicitar esclarecimentos específicos sobre assuntos relacionados à base de conhecimento, podendo tais consultas abranger os aspectos estratégico, tático e operacional de Tecnologia da Informação.
- iii. Os serviços de aconselhamento para a Atuação Estratégica devem oferecer apoio, inclusive, na obtenção de respostas a questões onde práticas padronizadas da indústria ainda não foram definidas.
- iv. Cada interação por telefone com os analistas não excederá a 45 (quarenta e cinco) minutos de duração, e deverá ocorrer durante o horário de expediente da CONTRATANTE.
- v. Não haverá limite no número de acessos aos analistas nem de pedidos de esclarecimentos, ou na quantidade de conhecimento acessado e transferido para os usuários licenciados.

f. Participação em eventos

- i. A CONTRATADA, caso promova eventos no Brasil, para apresentação e discussão de tendências da área de tecnologia da informação com foco em gestores de nível estratégico, deverá franquear o acesso a pelo menos um desses eventos aos

usuários licenciados, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

- ii. Caso a CONTRATADA promova eventos da mesma natureza em outros países, a CONTRATANTE poderá solicitar, a seu critério, a participação gratuita em tais eventos, em substituição à participação nos eventos nacionais.
- iii. Caso a CONTRATADA promova fóruns de debate e encontros similares, destinados exclusivamente a gestores de nível estratégico que sejam usuários dos serviços em questão, o acesso a esses eventos deverá ser franqueado aos usuários licenciados, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.
- iv. As despesas de deslocamento e hospedagem necessárias à participação dos usuários licenciados nos eventos será de responsabilidade da CONTRATANTE.

6. Licença de atuação estratégica do “Tipo 3” (“Substituto/Adjunto”)

- a. A CONTRATADA deverá disponibilizar para cada assinatura “**Tipo 3**” (substituto/adjunto) o mesmo conselheiro/representante executivo da assinatura estratégica “Tipo 1” (usuário Titular), que será o principal ponto de contato técnico com a CONTRATANTE na prestação dos serviços.
- b. Esse representante executivo trabalhará com o usuário “Titular” (usuário Tipo1) e com o “Substituto/Adjunto” (Tipo 3), para

identificar e desenvolver os principais temas de interesse da CONTRATANTE.

- c. Os serviços da assinatura Atuação Estratégica do “**Tipo 3**” serão compostos por: acesso à base de conhecimento, aconselhamento por analistas, reuniões mensais, remotas ou presenciais e participação em eventos.
- d. As visitas serão realizadas pelo representante executivo da CONTRATADA com o objetivo de, em conjunto com o usuário “Titular” (licença de atuação estratégica “Tipo 1”), desenvolver e revisar o Plano de Trabalho.
- e. O Plano de Trabalho consistirá de um conjunto de ações ou temas de relevância, indicados pelo “Usuário Titular”, para serem tratados durante o período de vigência do contrato.
- f. Além do Plano de Trabalho, caberá ao representante executivo da CONTRATADA a responsabilidade de auxiliar os usuários nas tomadas de decisão, provendo-os de:
 - a) Análises de questões chaves;
 - b) Estudos de casos mundiais;
 - c) Melhores práticas das organizações líderes em TIC;
 - d) Revisões de documentos críticos (termos de referência, especificações técnicas de contratações, cláusulas contratuais e outros); e
 - e) Análise de tendências (prognósticos do mercado de TIC).
- g. Cada reunião presencial terá duração de até quatro horas e será registrada em ata, segundo modelo a ser estabelecido entre as partes envolvidas.
- h. A aquisição da licença “Tipo 3”, devido às características e ao caráter complementar à atuação estratégica “Tipo 1”, está vinculada aquisição da licença “Tipo 1”.

- i. Poderá ser contratada mais de uma licença “Tipo 3” vinculada a apenas uma licença “Tipo 1”.

7. Licença de Atuação Gerencial “Tipo 4”:

- a. A CONTRATANTE poderá designar um usuário licenciado por assinatura na modalidade Atuação Gerencial.
- b. Os usuários das assinaturas poderão, a qualquer momento, ser substituídos ao longo do período de execução do contrato.
- c. Os serviços da assinatura Atuação Gerencial serão compostos por: acesso à base de conhecimento, participação em eventos e acesso aos analistas.
- d. As informações disponíveis aos usuários da assinatura Atuação Gerencial devem incluir o conteúdo da base de conhecimento e documentos específicos para o nível gerencial, pelo menos nas seguintes áreas e temas:
 - a) Área de desenvolvimento de aplicações;
 - b) Área de infraestrutura de *hardware* e *software*;
 - c) Área de gestão de TIC;
 - d) Área de aplicações corporativas;
 - e) Gestão de programas e portfólio;
 - f) Gerenciamento de fornecedores;
 - g) Estratégias para negociação de contratos de *hardware* e *software*;
 - h) Estratégias para negociação de contratos de serviços;
 - i) Modelos e práticas de governança;
 - j) Comparações de desempenho de áreas de TIC;
 - k) Comparações de desempenho de serviços de TIC;
 - l) Análises e estudos de processos de gestão e governança de TIC;
 - m) Análises e estudos de casos de implementações de TIC;
 - n) Análises e estudos sobre estruturação e precificação de serviços de TIC.

5.1.2.22. Participação em eventos

5.1.2.22.1. A CONTRATADA, caso promova eventos no Brasil, para apresentação e discussão de tendências da área de tecnologia da informação com foco em gestores de nível intermediário, deverá franquear o acesso a pelo menos 2 (dois) desses eventos aos usuários licenciados, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

5.1.2.22.2. Caso a CONTRATADA promova eventos da mesma natureza em outros países, a CONTRATANTE poderá solicitar, a seu critério, a participação gratuita em tais eventos, em

substituição à participação nos eventos nacionais.

5.1.2.22.3. As despesas de deslocamento e hospedagem necessárias à participação dos usuários licenciados nos eventos serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

5.1.2.23. Acesso aos Analistas:

5.1.2.23.1. Os usuários das assinaturas Atuação Gerencial “**Tipo 4**” poderão acionar os Analistas da CONTRATADA, a qualquer momento, para esclarecer dúvidas e discutir questões relativas às pesquisas realizadas por meio de telefone, fax e correio eletrônico (e-mail).

5.1.2.23.2. Cada interação por telefone com os analistas não excederá a 45 (quarenta e cinco) minutos de duração, e deverá ocorrer durante o horário de expediente da CONTRATANTE.

5.1.2.23.3. Não haverá limite no número de acessos aos analistas nem de pedidos de esclarecimentos, ou na quantidade de conhecimento acessado e transferido para os usuários licenciados.

5.1.2.24. Requisitos Específicos da Assinatura Arquitetura Tecnológica do “Tipo 5”.

5.1.2.24.1. Os usuários das assinaturas poderão, a qualquer momento, ser substituídos ao longo do período de execução do contrato.

5.1.2.24.2. O Contratante poderá designar até 20 (vinte) usuários licenciados por assinatura.

5.1.2.24.3. Os serviços da assinatura Arquitetura Tecnológica serão compostos por: acesso à base de conhecimento, participação em eventos e acesso aos analistas.

5.1.2.24.4. Participação em eventos

5.1.2.24.4.1. A CONTRATADA, caso promova eventos no Brasil, para apresentação e discussão de tendências da área de tecnologia da informação, com foco nos profissionais responsáveis pela seleção e implementação de tais tecnologias, deverá franquear o acesso a pelo menos um desses eventos para 01 (um) usuário licenciado, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

5.1.2.24.4.2. Caso a CONTRATADA promova eventos da mesma natureza em outros países, a CONTRATANTE poderá solicitar, a seu critério, a participação gratuita em tais eventos, em substituição à participação nos eventos nacionais.

5.1.2.24.4.3. As despesas de deslocamento e hospedagem necessárias à participação dos usuários licenciados nos eventos serão custeadas pela CONTRATANTE.

5.1.2.25. Acesso à base de conhecimento para o “Tipo 5”

5.1.2.25.1. As informações disponíveis aos usuários da assinatura Arquitetura Tecnológica “**Tipo 5**” devem incluir o conteúdo direcionado a profissionais de TIC, com documentos que abordem informações suficientes para compreensão, análise, seleção e implementação de soluções tecnológicas nas seguintes áreas:

- a) Plataformas de aplicações;
- b) Plataformas de colaboração;
- c) Gerenciamento de conteúdo;
- d) Data center;
- e) Inteligência de negócios (BI e DW)
- f) Gerenciamento de dados;
- g) Gerenciamento de identidade,
- h) Redes; e
- i) Segurança.

5.1.2.25.2. O serviço deve incluir uma ferramenta baseada na Web, com acesso via browsers de

mercado. Deve ser uma ferramenta interativa que permita que as equipes técnicas criem relatórios detalhados e personalizados, a fim de ajudá-los na análise do seguinte cenário:

5.1.2.25.2.1. Serviços de Nuvem Pública: deve prover informações e comparações dos serviços de Nuvem Pública oferecidos pelos provedores do mercado, incluindo: preço, performance e disponibilidade.

5.1.2.26. Acesso aos Analistas

5.1.2.26.1. Os usuários das assinaturas Arquitetura Tecnológica do “**Tipo 5**” poderão acionar os Analistas da(s) CONTRATADA(S), a qualquer momento, para esclarecer dúvidas e discutir questões relativas às pesquisas realizadas.

5.1.2.26.2. Cada interação por telefone com os analistas não excederá a 60 (sessenta) minutos de duração, e deverá ocorrer durante o horário de expediente da CONTRATANTE.

5.1.2.26.3. Não haverá limite no número de acessos aos analistas nem de pedidos de esclarecimentos, ou na quantidade de conhecimento acessado e transferido para os usuários licenciados.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

(ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO)

6.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

6.1.1. Os requisitos e condições descritas nesta seção constituem obrigações à CONTRATADA para a realização dos Serviços e deverão ser fiscalizadas pela CONTRATANTE juntamente às demais condições deste Termo como critérios de Aceitação dos serviços e produtos apresentados.

6.2. REQUISITOS DE NEGÓCIO

6.2.1. Os serviços a serem prestados deverão estar relacionados às atividades dos projetos de TIC em apoio à missão da CONTRATANTE em seus vários desdobramentos (necessidades do “negócio”) das áreas fins.

6.2.2. Os serviços deverão apresentar soluções que atendam as seguintes características, entre outras de natureza de gestão e de governança de TIC:

- a) Maior eficiência no uso dos recursos tecnológicos;
- b) Maior segurança das informações;
- c) Sustentabilidade ambiental;
- d) Escalabilidade tecnológica;
- e) Maior economicidade e racionalidade na composição dos produtos agregados; e
- f) Autonomia dos recursos e continuidade da prestação dos serviços de infraestrutura de TIC.

6.3. REQUISITOS LEGAIS

6.3.1. Nesta contratação devem ser observadas as seguintes leis e normas, entre outras:

6.3.1.1. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

6.3.1.2. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

6.3.1.3. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação;

- 6.3.1.4. Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- 6.3.1.5. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns;
- 6.3.1.6. Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 6.3.1.7. Instrução Normativa SLTI nº 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- 6.3.1.8. Instrução Normativa nº 04/2014 SLTI/MP, de 11 de setembro de 2014, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISIP – do Poder Executivo Federal;
- 6.3.1.9. Instrução Normativa nº 05/2014 e nº 07/2014 SLTI/MP, que dispõem sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral; e
- 6.3.1.10. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.
- 6.3.1.11. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.4. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E GARANTIA

- 6.4.1. A empresa deverá prestar garantia mínima de 12 (doze) meses sobre o objeto contratual;
- 6.4.2. A garantia contar-se-á a partir da data da comprovação da entrega das licenças de acesso às bases conhecimento.

6.5. REQUISITOS TEMPORAIS

- 6.5.1. O prazo para o início da execução dos serviços se dará em conformidade com o item 6.1 deste Termo de Contrato; e
- 6.5.2. Uma Reunião Inicial deverá ser realizada em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

(MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO)

7.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO – METODOLOGIA DE TRABALHO

7.1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 7.1.1.1. A execução do contrato consiste na realização ordenada das atividades previstas na tabela a seguir durante a vigência do contrato.

SEQ	Atividades	Prazos
01	Assinatura do Contrato.	-
02	Nomeação dos fiscais do Contrato.	-
03	Convocação para reunião Inicial	D
04	Realização de Reunião Inicial.	E = D + até 5 (cinco) dias úteis

05	Emissão de Ordem de Serviço.	$F = E + \text{até 5 (cinco) dias úteis}$
06	Disponibilização pela CONTRATADA das bases de conhecimento e de corpo técnico de aconselhamento conforme previsto na seção característica dos serviços deste Termo de Contrato.	$G = F + \text{até 03 (três) dias úteis}$
07	Avaliação e certificação pelos fiscais do Contrato das subscrições fornecidas, conforme o item 06 desta tabela.	$H = G + \text{até 02 (dois) dias úteis}$
08	Elaboração e definição dos Planos de Trabalho.	$I = H + \text{até 10 (dez) dias úteis}$
09	Autorização para emissão da primeira Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato.	$K = J + \text{até 05 (cinco) dias úteis}$
10	Emissão da primeira Nota Fiscal pela CONTRATADA.	Após a autorização constante no item 10
11	Realização do Pagamento pela CONTRATANTE.	Em até 10 (dez) dias após o recebimento da Nota Fiscal no protocolo geral da Sede da CONTRATANTE.
12	Para os demais meses de execução:	-
12.1	Avaliação mensal da qualidade dos serviços prestados pelos fiscais do Contrato (Relatório de Fiscalização Mensal).	Até o terceiro dia útil do mês (30 dias corridos) subsequente.
12.2	Autorização para emissão da Nota Fiscal mensal pelo Fiscal do Contrato.	Até o quinto dia útil do mês (30 dias corridos) subsequente.
12.3	Emissão da Nota Fiscal mensal pela CONTRATADA.	Após a autorização constante no item 12.2
12.4	Realização do Pagamento mensal pela CONTRATANTE.	Em até 10 (dez) dias após o recebimento da Nota Fiscal no protocolo geral da Sede da CONTRATANTE.

7.1.2. INÍCIO DO CONTRATO

7.1.2.1. Após a assinatura do contrato e a nomeação dos Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.1.2.2. Deverão participar dessa reunião Fiscais do Contrato e representante legal da CONTRATADA. A reunião realizar-se-á em até 05 (cinco) dias úteis após a comunicação formal da CONTRATANTE, conforme agendamento efetuado pelo gestor do Contrato. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso III do Art. 32 da IN nº 04/2014 STI/MP.

7.1.2.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.1.2.3.1. Apresentação do Preposto da empresa pelo representante legal da CONTRATADA. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

7.1.3. EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1.3.1. O Fiscal do Contrato encaminhará formalmente, para cada item, Ordem de Serviço única contendo a descrição dos serviços discriminados em parcelas mensais.

7.1.3.1.1. Os serviços serão prestados mediante assinaturas anuais para acesso à base de conhecimento, chamados para esclarecimento de dúvidas por meio de telefone, fax e correio eletrônico e participação em eventos realizados no território nacional ou no exterior.

7.1.3.2. A CONTRATADA deverá liberar os serviços contratados para uso em, no máximo, 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

7.1.3.3. Após o encaminhamento da Ordem de Serviço, a CONTRATANTE e a CONTRATADA definirão os Planos de Trabalho que servirão de orientadores para as diversas agendas de trabalho em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

7.1.3.3.1. Em princípio, cada Plano de Trabalho deverá ter uma estimativa de cronograma.

7.1.3.3.2. A CONTRATADA deverá realizar o número necessário de visitas presenciais para definição dos Planos de Trabalho (PT).

7.1.3.3.3. Outros Planos de Trabalho poderão ser sugeridos e implementados no decorrer da contratação, conforme as necessidades do CONTRATANTE.

7.1.3.4. O Fiscal do Contrato encaminhará formalmente os Planos de Trabalho – PT, previamente discutidos (ANEXO C) ao Preposto da CONTRATADA para o início de seus acompanhamentos.

7.1.3.4.1. Os PTs serão considerados entregues após a sua execução e serão ratificados por uma reunião específica de seus “fechamentos”.

7.1.4. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

7.1.4.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1.4.1.1. Os serviços serão considerados adequadamente prestados quando:

7.1.4.1.1.1. as bases de conhecimentos estiverem disponíveis aos usuários autorizados da CONTRATANTE.

7.1.4.1.1.2. os recursos humanos estiverem disponíveis por meio dos canais de comunicação definidos neste Termo.

7.1.4.1.1.3. o conteúdo dos serviços de aconselhamento fornecidos forem coerentes, atualizados tecnologicamente e compatíveis aos requisitos de segurança da informação definidos pela CONTRATANTE por meio de sua Política de Segurança da Informação.

- 7.1.4.1.2.Caso sejam constatados serviços não aderentes aos critérios definidos no subitem anterior ou se verificar produtos incompletos, o Gestor do Contrato e/ou seus fiscais comunicará à(s) CONTRATADA(S) para que realize(m) os ajustes necessários.
- 7.1.4.1.3.A(s) CONTRATADA(S) realizará(ão) as correções observadas, sem ônus para a CONTRATANTE, obedecendo ao prazo estabelecido para a correção.
- 7.1.4.1.4.Havendo conformidade com a execução do serviço e atendidos os Critérios de Aceitação, o Gestor e o Fiscal Requisitante do Contrato confeccionarão e assinarão o Termo de Recebimento Definitivo em até 05 (cinco) dias a contar da avaliação dos Critérios de Aceitação.
- 7.1.4.1.5.Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reportar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, nos termos do §4º do inciso II do Art. 73 da Lei nº8.666/93.
- 7.1.4.1.6.O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da(s) CONTRATADA(S) pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 7.1.4.1.7.O Fiscal Administrativo verificará a aderência aos termos contratuais.
- 7.1.4.1.8.Caso não haja aderência, o Fiscal Administrativo deve indicar os termos que não estão aderentes ao contrato e o Gestor do Contrato deve, então, encaminhar as devidas propostas de sanções para Área Administrativa proceder aos trâmites legais.
- 7.1.4.1.9.De posse do Termo de Recebimento Definitivo, o Gestor do Contrato autorizará a(s) CONTRATADA(S) a emitir(em) a(s) Nota(s) Fiscal(is), por meio de aviso formal ao Preposto, via instrumentos de comunicação previstos neste TR.
- 7.1.4.1.10.Quando da emissão das Notas Fiscais, o Fiscal Administrativo do Contrato realizará a verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento.
- 7.1.4.1.11.Caso sejam identificadas irregularidades pelo Fiscal Administrativo, as mesmas devem ser relatadas ao Gestor, para que este encaminhe as respectivas sanções à Área Administrativa.

7.1.4.2. PROCEDIMENTOS DE TESTES, INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

- 7.1.4.2.1.A CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços in loco, nos casos em que a execução dos serviços ocorrerem em ambiente da CONTRATANTE ou através de inspeções, nos casos em que a realização dos serviços ocorrer de forma remota, quando se aplicar.
- 7.1.4.2.2.Este acompanhamento possui a finalidade de verificar o andamento da execução dos serviços, a aderência às metodologias, procedimentos adotados e o cumprimento de normas pertinentes, como de segurança da informação.
- 7.1.4.2.3.Os serviços serão verificados mensalmente por meio da emissão de relatórios de fiscalização pelos fiscais técnicos do Contrato.

7.1.4.2.4. Para comprovar a liberação das assinaturas, a CONTRATADA deverá entregar documento formal que comprove o registro do usuário Administrador das licenças ou equivalente, a depender do tipo da assinatura e a disponibilidade dos serviços.

7.1.4.2.5. O teste para verificação da disponibilidade dos serviços será feito através de acesso à base de conhecimento via Portal Web da CONTRATADA, com a utilização do usuário/senha fornecido na liberação das assinaturas e com a realização de consultas que comprovem o atendimento ao objeto.

7.1.4.2.6. Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no objeto, a CONTRATADA será notificada e obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

7.1.4.2.7. Essa notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada e ratificada por meio de relatório de aceite.

7.1.4.2.8. As atividades decorrentes dos PTs serão consideradas rotineiras e não passíveis de recebimento provisório, nos termos do inciso II do artigo 74 da Lei nº 8.666/93.

7.1.4.3. VALORES E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

7.1.4.3.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.1.4.3.2. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrerá quando a(s) CONTRATADA(S):

7.1.4.3.2.1. Não atingir(em) os valores mínimos aceitáveis fixados nos Critérios de Aceitação, Níveis Mínimos de Serviço Exigidos, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

7.1.4.3.2.2. Deixar(em) de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação, ou utilizá-los com qualidade, capacidade ou quantidade inferior à demandada/especificada.

7.1.4.3.3. Os valores para retenção ou glosa constam em seções específicas neste TR.

7.1.4.3.4. Caso ocorram situações que ensejem a aplicação de glosa ou retenção no pagamento, o Gestor do Contrato deverá solicitar à(s) CONTRATADA(S) as justificativas e esclarecimentos.

7.1.4.3.5. Após análise das justificativas e havendo a manutenção dos fatores que ensejaram a glosa ou retenção do pagamento, o valor da glosa deverá constar do documento de autorização de emissão da Nota fiscal a ser encaminhado à(s) CONTRATADA(S)

pelo Gestor do Contrato, conforme previsto no inciso IX, do Art. 34 da IN nº 04/2014 SLTI/MPOG.

7.1.4.3.6. As Notas Fiscais serão recusadas nos seguintes casos:

- 7.1.4.3.6.1. Ausência de data de emissão ou vencimento;
- 7.1.4.3.6.2. CNPJ ou razão social divergentes ou ausentes;
- 7.1.4.3.6.3. Ausência de detalhamento dos serviços prestados
- 7.1.4.3.6.4. Valor da Nota Fiscal divergente do Valor autorizado pela CONTRATANTE.

7.1.4.4. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS (NMSE)

7.1.4.4.1. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base em Níveis de Serviço definido no instrumento convocatório. Níveis de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos por entidades capazes de aferir objetivamente os resultados pretendidos com as respectivas contratações.

7.1.4.4.2. A CONTRATADA deverá atender aos níveis de serviço definidos. A apuração dos níveis de serviço não considerará os períodos de indisponibilidades justificadas, que podem decorrer de:

- 7.1.4.4.2.1. Períodos de interrupção previamente acordados;
- 7.1.4.4.2.2. Interrupção de serviços públicos essenciais à plena execução dos serviços (exemplo: suprimento de energia elétrica);
- 7.1.4.4.2.3. Indisponibilidade de acesso ao ambiente e/ou aos sistemas da rede, motivada por razões incontornáveis (exemplo: greve de servidores);
- 7.1.4.4.2.4. Falhas da infraestrutura (exemplo: link de comunicação, equipamentos servidores, elementos de rede, storages);
- 7.1.4.4.2.5. Falhas nos mecanismos e sistemas de segurança da informação que impeçam a plena execução dos serviços;
- 7.1.4.4.2.6. Motivos de força maior (exemplo: enchentes, terremotos ou calamidade pública).

7.1.4.4.3. A aferição dos níveis de serviço será realizada pelos fiscais do contrato, referente aos Planos de Trabalho PTs e constará em Relatório de Fiscalização.

7.1.4.4.4. O não cumprimento dos valores mínimos/máximos exigidos nos indicadores ensejará sanções de acordo com o estipulado na seção relativa a sanções.

7.1.4.4.5. Para efeito de cálculo da aferição dos indicadores, serão considerados valores com duas casas decimais.

7.1.4.4.6. São indicadores de níveis mínimos de serviço:

IAES – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE SERVIÇOS		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos serviços constantes no contrato.	
Aplicabilidade	Para todos os ITENS da contratação.	
Meta a cumprir	IAES \leq 0	A meta definida visa garantir a entrega dos serviços constantes no contrato dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Termos de Recebimento Definitivos emitidos.	
Forma de acompanhamento	Será subtraída a data de entrega estabelecida pelo item 6 deste TR.	
Periodicidade	Por entrega completa dos itens do objeto contratual (Item 1.1 deste TR).	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p style="text-align: center;">IAES = TEX – 10</p> <p>Onde:</p> <p>IAES – Indicador de Atraso de Entrega dos Serviços;</p> <p>TEX – Tempo (em dias) da entrega completa e efetiva dos serviços;</p>	
Observações	Obs.: Serão utilizados dias corridos na medição.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAES:</p> <p>De 1 a 5 – Execução de 5% sobre a garantia contratual (Item 20 deste TR).</p> <p>De 6 a 10 – Execução de 10% sobre a garantia contratual (Item 20 deste TR).</p> <p>De 11 a 15 – Execução de 20% sobre a garantia contratual (Item 20 deste TR).</p> <p>Acima de 15 – Será aplicada a execução de 20% sobre a garantia contratual (Item 20 deste TR) e multa de 1% sobre o valor total do Contrato.</p>	

IDQ – INDICADOR DE DESVIOS DE QUALIDADE		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir a qualidade dos serviços entregues conforme requisitos estabelecidos pela CONTRATANTE neste TR.	
Aplicabilidade	Para todos os ITENS da contratação.	
Meta a cumprir	IDQ \leq 2	A meta definida visa garantir o aumento da qualidade dos serviços por meio da redução do número de desvios qualidade.
Instrumento de medição	Termos de Desvios de Qualidade sobre as obrigações da(s) CONTRATADA(S).	
Forma de acompanhamento	Será apurada a quantidade de Termos de Desvios de Qualidade para cada ITEM.	

Periodicidade	Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - Mensal
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IDQ = \sum (TDQ)$ <p>Onde:</p> <p>TDQ – Termo de Desvio de Qualidade</p>
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IDQ:</p> <p>Para 2 – Execução de 10% sobre a garantia contratual (Item 17 deste TR).</p> <p>Para 3 – Execução de 20% sobre a garantia contratual (Item 17 deste TR).</p> <p>De 4 de 6 – Execução de 20% sobre a garantia contratual (Item 17 deste TR) e multa de 1% sobre o valor do total do contrato.</p> <p>Acima de 6 – Execução de 5% sobre a garantia contratual (Item 17 deste TR) e multa de 3% sobre o valor do total do contrato.</p>

7.1.5. LOCAL E HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1.5.1. Os serviços presenciais serão prestados na dependência da contratante, em Brasília-DF, no horário das 08:00 horas às 19:00 horas, em dias úteis para o Contratante e a ser determinado em contrato pelos demais órgãos participantes do SRP.

7.1.6. CONTROLE DA EXECUÇÃO, PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

7.1.6.1. A fiscalização da contratação será exercida por representantes da Administração, designados a compor a equipe de fiscalização, aos quais competirão, dentre outras atividades, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

7.1.6.2. Os fiscais do contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.1.6.3. O monitoramento da execução do contrato deverá observar o disposto no Plano de Fiscalização da CONTRATADA e o disposto no Modelo de Gestão do Contrato, em conformidade ao Art. 34 da Instrução Normativa nº 04/2014 STI/MP.

7.1.7. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

7.1.7.1. O modelo de prestação de serviços prevê que a CONTRATADA seja integralmente responsável pela gestão de seu pessoal em todos os aspectos, sendo vedado à equipe da CONTRATANTE, formal ou informalmente, qualquer tipo de ingerência ou influência sobre a administração da mesma, ou comando direto sobre seus empregados, fixando toda negociação na pessoa do preposto da CONTRATADA ou seu substituto.

7.1.7.2. São **instrumentos formais** de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA:

- a) Planos de Trabalho (PT);
- b) Plano de Inserção;
- c) Termos de Recebimento;
- d) Ata de Visita Técnica;

- e) Ofício;
- f) Ata de Reunião;
- g) Relatório;
- h) Carta;
- i) Demais Termos previstos no instrumento convocatório.
- j) E-mail institucional/corporativo;

7.1.7.3. A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, para fins de encaminhamento dos PTs ou outro documento, ocorrerá sempre via Preposto, ou seu substituto, designado pela CONTRATADA.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 8.1. Os pagamentos serão efetuados em 12 (doze) parcelas iguais mensais previstas em ordem de serviço inicial única, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela unidade responsável pela fiscalização do contrato, comprovando-se os serviços efetivamente prestados.
- 8.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:
 - 8.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
 - 8.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
 - 8.2.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
 - 8.2.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 8.2.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 8.2.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.3. No preço das licenças deverão estar inclusos todos os custos e despesas de qualquer natureza que incidam direta ou indiretamente no cumprimento do objeto contratado.
- 8.4. O preço consignado poderá ser reajustado anualmente, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, pela variação do IPCA/IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo para Soluções de TIC.
- 8.5. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.
- 8.6. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.
- 8.7. No caso de discordância das glosas aplicadas, a CONTRATADA deverá apresentar o recurso que será analisado por despacho pela Área Administrativa do MP.
- 8.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

- 8.9. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.10. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 8.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.12. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 8.13. O descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido no item anterior, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.
- 8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.16. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 8.18. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 8.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.
- 8.19.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 8.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, sendo:

I = índice de atualização financeira;

TX= Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM=Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

- 8.21. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.
- 8.22. O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos, glosas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.
- 8.23. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, em conformidade com o contrato, no prazo estabelecido, mediante as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas.
- 9.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do contrato, conforme especificado em contrato.
- 9.3. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades observadas na execução do contrato.
- 9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de um servidor, especialmente designado, que anotarà em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas ao contrato.
- 9.5. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com os termos de sua proposta comercial, do contrato e do edital da licitação.
- 9.6. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, nos termos do subitem 6.1.5.
- 9.7. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto do contrato, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 9.8. Conferir toda documentação gerada e apresentada durante a execução do contrato, efetuando o seu ateste quando estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos no contrato.
- 9.9. Instituir equipe técnica para acompanhamento e validação dos serviços contratados.
- 9.10. Realizar, no momento da licitação, avaliação da solução via Demonstração (Prova de Conceito) com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar por item, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Manter durante toda a vigência do contrato, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, neste Termo de Contrato e em contrato.
- 10.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do TR.
- 10.3. Responsabilizar-se por todos os ônus referentes à execução do objeto deste Termo de Contrato.

- 10.4. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do CONTRATANTE.
- 10.5. Garantir absoluto sigilo sobre todos os processos, informações e quaisquer outros dados disponibilizados pelo CONTRATANTE, em função das peculiaridades dos serviços a serem prestados.
- 10.6. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade acerca das atividades, objeto deste Termo de Contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE.
- 10.7. Indicar um profissional para atuar como Preposto da empresa que será o responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual, além de tratar das questões relativas à execução do contrato e ao faturamento.
- 10.8. Comparecer, mediante seu Preposto, em todas as reuniões em que for convocada na sede do órgão CONTRATANTE, exceto quando existir acordo quanto a definição de outro local.
- 10.9. Esclarecer eventuais dúvidas e indagações do CONTRATANTE.
- 10.10. Comunicar ao Fiscal do Contrato designado formalmente pelo CONTRATANTE, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato.
- 10.11. Prestar os serviços e entregar os produtos nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Contrato.
- 10.12. Exigir dos seus empregados, quando em serviço nas dependências do CONTRATANTE, o uso obrigatório de crachás de identificação.
- 10.13. Refazer os serviços que foram executados de maneira incorreta ou insatisfatória, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 10.14. São, ainda, responsabilidades da CONTRATADA: Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.
- 10.15. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 10.16. Arcar com os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- 10.17. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos em lei ou neste Termo de Contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 10.18. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 10.19. Não possuir em seu quadro funcional menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- 10.20. Assinar o Termo de Compromisso (ANEXO B) e o Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança Vigentes do Contratante (ANEXO A).

- 10.21. Arcar com os encargos relativos a deslocamento e estada de seus funcionários.
- 10.22. Manter absoluta imparcialidade sobre todas as informações prestadas pelo objeto deste contrato não possuir qualquer interesse comum com demais provedores de tecnologia (serviços, *hardwares*, *softwares* e consultorias) do mercado brasileiro ou mundial.
- 10.23. Prestar os esclarecimentos referentes à execução dos serviços no prazo acordado entre as partes.
- 10.24. Atender a todas as cláusulas deste Termo de Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 11.1. A CONTRATADA deverá possuir os direitos autorais sobre os serviços, programas e base de conhecimento a serem disponibilizados, devendo comprometer-se a não violar, direta ou indiretamente, os direitos de terceiros com observação da legislação pertinente, sobretudo a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.
- 11.2. O CONTRATANTE deverá possuir os direitos autorais sobre os documentos, pareceres e/ou laudos gerados exclusivamente para o CONTRATANTE. Tais direitos não se aplicam aos direitos autorais e de propriedade intelectual das bases de conhecimento e documentos da CONTRATADA.
- 11.3. O CONTRATANTE poderá dispor das informações da CONTRATADA que tiver acesso através do respectivo contrato, desde que, obrigatoriamente, referencie os seus conteúdos e seus autores em textos e apresentações técnicas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

- 12.1. Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela licitante no Pregão Eletrônico ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ocorrida no período, ou outro indicador que o venha a substituir, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

$$\text{Fórmula de cálculo: } Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

- Pr = preço reajustado, ou preço novo;
- P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 12.1, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste

- 12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto licitatório.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- d) Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O CONTRATANTE designará servidores para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Contrato, que registrará, em relatório, todas as ocorrências relacionadas com sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

15.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor serão solicitadas à autoridade competente do CONTRATANTE, para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no Art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

15.3. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, a CONTRATADA que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar a execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta.

16.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.3. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.3.1. Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

16.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

16.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

- 16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 16.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
- 16.8.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- 16.8.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.8.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente a de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
- 16.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 16.13. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou motivo de força maior.
- 16.14. Da sanção aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação.
- 16.15. A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 16.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 16.17. A relação entre ocorrência e sanção, conforme o Art. 20, IV, da IN nº 04/2014 STI/MP, figura-se na tabela a seguir, tal relação não exime a aplicação de penalidades a ocorrências não constantes nesta tabela, mas classificadas nas disposições desta Seção.

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente na Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida	A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de

	para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao Fiscal do Contrato.	Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao fiscal do contrato.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
8	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços do Contratante.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
9	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade das informações mantidas pelo Contratante.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
10	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas do Contratante.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem

		prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
11	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

Tabela 1: Glosas e Sanções Detalhadas.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. ESTIMATIVA DO IMPACTO ECONÔMICO – FINANCEIRO

17.1.1. As despesas decorrentes das contratações originárias da Ata de Registro de Preços provenientes deste Termo de Contrato deverão estar programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017/2018, em declaração a ser definida pelo ordenador de despesa quando das autorizações para contratação.

17.1.2. Conforme estabelece o § 2º do Art. 7º do Decreto nº 7.892/13, “Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.”

18. CLÁUSULA DECIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

18.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços a serem efetivados por meio deste Termo de Contrato terão vigência de 12 (doze) meses, podendo ter as suas durações prorrogadas por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitados a 60 (sessenta meses), mediante justificativa da CONTRATANTE e interesse de ambas as partes, por se tratarem de serviços de natureza continuada, conforme indicado no item 4.2 deste Termo de Contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

- 19.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 19.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.
- 19.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 19.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 19.5. O garantidor não é parte legítima para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada (inserido pela IN nº 05/2017)
- 19.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 19.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 19.8. Será considerada extinta a garantia:
- 19.8.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 19.8.2. no prazo de 90 dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será estendido, nos termos da comunicação.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – RESCISÃO

- 20.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato, anexo do Edital.
- 20.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 20.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 20.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 20.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 20.4.3. Indenizações e multas.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

- 21.1. É vedado à CONTRATADA:
- 21.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

21.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

22.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN n. 05, de 2017.

22.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

23.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

24.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – FORO

25.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.